

<u>ACTA N.º 04/2011</u>
ACTA APROVADA EM MINUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VILA DE REI
<u>DATA DA REALIZAÇÃO:</u> 18 DE FEVEREIRO DE 2011
<u>PRESENÇAS:</u> Presidente – Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Vice-Presidente – Ricardo Jorge Martins Aires
Vereadores: António Jorge Martins Tavares, José Januário Jerónimo e Paulo César
Laranjeira Luís
SECRETARIOU: Ana Lúcia Mateus Francisco, Assistente Técnica
Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, eram cerca de 10h00m
APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA
De acordo com o disposto no n.º3 do artigo 92 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,
com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal
deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta a fim de produzir efeitos
imediatos
ORDEM DO DIA (ARTº 87º DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA
REDACÇÃO DADA PELA LEI № 5-A / 2002, DE 11 DE JANEIRO):
PONTO 1 – Informação da Divisão Financeira e Patrimonial n.º4/DFP sobre o
assunto: "Contracção de um empréstimo Bancário a Longo Prazo até € 310.000,00 -
Análise de Propostas" – para deliberação;
PONTO 2 – 1.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano
Financeiro de 2011 – para deliberação;
PONTO 3 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras Municipais
e Ambiente, Subunidade Orgânica – Infraestruturas e Equipamentos Municipais n.º

08/2011 – IEM, sobre o assunto: "Construção do Novo Quartei da GNR de viia de Rei" –
Trabalhos a menos – para conhecimento;
PONTO 4 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Comissão
Municipal de Toponímia, Numeração de Polícia e Estética Concelhia do Concelho de Vila
de Rei - Nomeação de um elemento" - para conhecimento;
PONTO 5 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras Municipais
e Ambiente, Subunidade Orgânica – Infraestruturas e Equipamentos Municipais n.º
07/2011 – IEM sobre o assunto: "Recuperação do Lavadouro de Vila de Rei" – Trabalhos
a menos – para conhecimento;
PONTO 6 – Oficio da Assembleia Municipal de Tomar - Gabinete do Presidente
sobre o assunto: "Moção Portagens na A23" – para conhecimento;
PONTO 7 – Oficio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o
assunto: "Aprovação da Taxa Municipal de Protecção Civil. Sugestão da ANMP" – para
deliberação;
PONTO 8 – Proposta do Gabinete de Cultura e Turismo sobre o assunto:
"Redução da duração da Feira de Enchidos Queijo e Mel" – para deliberação;
PONTO 9 – Proposta do Gabinete de Vereação sobre o assunto: "Protocolo de
Cooperação entre o Município de Vila de Rei e a Associação de Caça e Pesca do Centro
de Portugal – Vila de Rei" – para deliberação;
PONTO 10 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras Municipais
e Ambiente, Subunidade Orgânica – Planeamento e Gestão Urbanística n.º 01-PGU/2011
sobre o assunto: "Alteração ao regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de
Vila de Rei" – para deliberação;
PONTO 11 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras Municipais
e Ambiente, Subunidade Orgânica – Infraestruturas e Equipamentos



(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
Municipais n.º 09/2011 - IEM sobre o assunto: "Construção do Jardim-de-Infância -
Revisão de Preços" – para conhecimento;
PONTO 12 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Solicitação
de dados ao INE" – para conhecimento;
PONTO 13 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Alteração à
Tabela de Taxas e Licenças" – para deliberação;
<u>DELIBERAÇÕES TOMADAS</u>
PONTO 1 – Informação da Divisão Financeira e Patrimonial n.º4/DFP sobre o
assunto: "Contracção de um empréstimo Bancário a Longo Prazo até € 310.000,00 -
Análise de Propostas" – para deliberação;
Antes de se iniciar a apreciação e discussão do presente ponto ausentou-se da sala o
Vereador António Jorge Martins Tavares, por se encontrar impedido de votar sobre o mesmo,
ao abrigo da alínea a) do numero 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º6/96, de 31 de Janeiro
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"INFORMAÇÃO Nº 4/DFP
DATA: 03.02.2011
ASSUNTO: "CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A LONGO PRAZO
ATÉ € 310.000,00"
ANÁLISE DE PROPOSTAS
Foi solicitado, através dos ofícios circulares nº 222, de 17.01.201, proposta para
contracção de um empréstimo bancário a longo prazo até € 310.000,00 às seguintes
instituições bancárias:
Caixa Geral de Depósitos;

Crédito Agrícola; Montepio Geral; Banco Espírito Santo Decorrido o prazo estipulado para a entrega das propostas, verificou-se que
Banco Espírito Santo
Apresentaram proposta, pela ordem de entrada, os seguintes concorrentes:
Caixa Geral de Depósitos;
Crédito Agrícola
Não concorreram o Millennium BCP e o Montepio Geral
O empréstimo destina-se a financiar a "aquisição de um Pavilhão Multi-Funções em
Vila de Rei", no montante até € 310.000,00, durante 15 anos, para um investimento de €
600.000,00
Analisando as propostas recebidas, sendo a taxa de juro de base a euribor a seis
meses, verifica-se que o spread e as comissões bancárias variam da seguinte forma:
Banco Spread Comissões
Banco Espírito Santo 5,00% Isento
Caixa Geral de Depósitos 4,875% Comissão de acompanham.: € 40,00/ano
Crédito Agrícola 4,50% Isento
Analisando o spread e as comissões cobradas, conclui-se que a proposta mais vantajosa é a do Crédito Agrícola.

-----Nos termos do nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças

Locais), a capacidade de endividamento de médio e longo prazo no dia 31.12.2010 é de €

2.002.280,68, conforme o mapa apresentado em anexo. ------



(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
no dia 31.12.2010 é de € 1.250.693,90 para a diferença entre a soma dos passivos e a soma
dos activos, conforme o mapa apresentado em anexo
Por outro lado, o limite máximo para o endividamento em 2011, conforme nº 2 do artigo
53º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011) resultará de um
rateio
Desta forma, o empréstimo a contrair no montante de € 310.000,00, é bastante inferior
aos montantes máximos acima referidos, não se vendo inconveniente em proceder à sua
contratação
À consideração Superior."
Após a respectiva apreciação, os membros com direito a voto aprovaram por
unanimidade a informação referente à Contracção de um empréstimo bancário a longo prazo
até € 310.000,00
Mais deliberou, a Câmara considerá-la em condições de ser submetida à apreciação
da Assembleia Municipal
Retomou aos trabalhos o Vereador António Jorge Martins Tavares
PONTO 2 – 1.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano
Financeiro de 2011 – para deliberação;
Foram presentes ao Executivo Camarário os documentos respeitantes à 1.ª Revisão
do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2011
Após análise daqueles documentos, que se dão por integralmente reproduzidos na
presente minuta e acta e vão ficar arquivados na pasta dos documentos desta sessão, a
Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade a 1.ª Revisão do Orçamento e Grandes
Opções do Plano para o ano financeiro de 2011
A 1ª Revisão do Orçamento, que importa, na receita com reforços e diminuições no

valor de € 54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos euros) e € 14.000,00 (catorze
euros), respectivamente, e na despesa reforços e anulações no valor de € 68.000,00 (sesse
e oito mil euros) e € 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos euros), respectivamente
Mais deliberou o Executivo Camarário, considerá-la em condições de ser submetida
apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 3 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras Municip
e Ambiente, Subunidade Orgânica – Infraestruturas e Equipamentos Municipais
08/2011 – IEM, sobre o assunto: "Construção do Novo Quartel da GNR de Vila de Rei
Trabalhos a menos – para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da informação supra mencionada, sob
trabalhos a menos, no valor de € 29.915,70 (vinte e nove mil novecentos e quinze euros
setenta cêntimos), referente à empreitada Construção do Novo Quartel da GNR de Vila de Re
PONTO 4 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Comiss
Municipal de Toponímia, Numeração de Polícia e Estética Concelhia do Concelho de V
de Rei - Nomeação de um elemento" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa
transcrever:transcrever:
Gabinete da Presidência
Proposta
<b>Assunto:</b> "Comissão Municipal de Toponímia, Numeração de Polícia e Estéti
Concelhia do Concelho de Vila de Rei – Nomeação de um elemento"
Verificando-se que com a morte do Sr. Hermínio Baptista, a Comissão Municipal
Toponímia, Numeração de Polícia e Estética Concelhia do Concelho de Vila de Rei, ficou co
menos um elemento notável da Sociedade Vilarregense
Assim face à alínea b) do numero 1º do artigo 7º do Regulamento Municipal de



(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
Toponímia, Numeração de Polícia e Estética Concelhia do Concelho de Vila de Rei, vem este
Gabinete propor o nome do Sr. Guilherme António Dias, para fazer parte dos elementos
notáveis da Sociedade Vilarregense da referido Comissão
A merecer parecer favorável, dever-se-á comunicar esse facto ao elemento agora
designado
À consideração deste Executivo."
Após análise da referida proposta, o executivo camarário aprovou por unanimidade, a
nomeação do elemento Sr. Guilherme António Dias, para fazer parte Comissão Municipal de
Toponímia, Numeração de Polícia e Estética Concelhia do Concelho de Vila de Rei
PONTO 5 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras Municipais
e Ambiente, Subunidade Orgânica – Infraestruturas e Equipamentos Municipais n.º
07/2011 – IEM sobre o assunto: "Recuperação do Lavadouro de Vila de Rei" – Trabalhos
a menos – para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da informação supra mencionada e
decidiu colocar a informação em análise para uma melhor apreciação uma vez que o processo
referido em epigrafe se encontra sujeito a apreciação de candidatura ao Mais Centro
PONTO 6 - Oficio da Assembleia Municipal de Tomar - Gabinete do Presidente
sobre o assunto: "Moção Portagens na A23" – para conhecimento;
A Câmara tomou conhecimento da Moção Portagens na A23
PONTO 7 – Oficio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o
assunto: "Aprovação da Taxa Municipal de Protecção Civil. Sugestão da ANMP" - para
deliberação;
A Sr.ª Presidente da Câmara solicitou a presença do Dr. João Paulo Vicente Alves
Jurista da Autarquia para prestar os devidos esclarecimentos sobre a presente informação

O Dr. João Paulo Vicente Alves cumprimentou os presentes e explicou sobre o
assunto da respectiva informação
A Câmara deliberou diligenciar com as Autarquias mais próximas para saber qual a
decisão tomada sobre a criação de Taxa Municipal de Protecção Civil
A Sr.ª Presidente agradeceu ao Dr. João Paulo Vicente Alves os esclarecimentos
prestados
PONTO 8 – Proposta do Gabinete de Cultura e Turismo sobre o assunto:
"Redução da duração da Feira de Enchidos Queijo e Mel" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
Gabinete de Cultura e Turismo
Proposta
Assunto: "Redução da Duração da Feira de Enchidos Queijo e Mel."
A Feira de Enchidos Queijo e Mel constitui o principal evento cultural organizado pela
Câmara Municipal de Vila de Rei, assumindo-se como o principal difusor das nossas
capacidades empresariais e turísticas, proporcionando anualmente a visita de milhares de
visitantes ao nosso Concelho
Com efeito, é por altura da realização da Feira de Enchidos, Queijo e Mel, que se
regista maior afluxo de população, que aproveita o certame para visitar os seus familiares,
assim como um elevado número de visitantes visitam o nosso Concelho dinamizando a nossa
industria hoteleira e de restauração
Sendo pretensão desta autarquia atribuir aos seus eventos crescentes níveis de
qualidade, leva a efeito, nos seus eventos, questionários de qualidade, averiguando quais os
pontos a melhorar em edições futuras
Estes questionários de satisfação têm permitido desenvolver medidas que se têm



(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
traduzido na melhoria da qualidade dos nossos eventos, nomeadamente na Feira de Enchidos,
Queijo e Mel, sendo um dos aspectos sistematicamente evocados a duração do evento
Perante a actual crise económica, que se traduziu em elevados cortes orçamentais,
nomeadamente nas transferências do Governo Central para o Município de Vila de Rei, assim
como o incumprimento do mesmo Governo com as obrigações protocoladas com esta
autarquia, no que respeita a infraestruturas já realizadas
Considerando o inquérito realizado junto de todos os expositores da Feira de
Enchidos, Queijo e Mel que decorreu no ano de 2010, bem como o inquérito paralelo realizado
a todos os expositores com sede no Concelho de Vila de Rei, em que ambos se traduziram na
vontade inequívoca destes em ver a duração do certame ser reduzida
Considerando a experiência adquirida ao longo de todos estes anos na organização
da Feira de Enchidos, Queijo e Mel, sendo possível registar uma acentuada diminuição de
visitantes ao certame entre a Segunda-feira e a Quarta-feira
Considerando que uma eventual redução dos dias do certame se traduzirá numa
redução significativa das despesas com o evento
Considerando que actualmente, praticamente todos os eventos similares à Feira de
Enchidos, Queijo e Mel têm a duração de quatro dias
Sou a propor a diminuição para quatro dias a duração da Feira de Enchidos, Queijo e
Mel, no período compreendido entre 28 e 31 de Julho"
*Solicitou intervenção o Vereador Paulo César Laranjeira Luís para salientar que a
proposta apresentada é bem explicita. Realçou que gostaria que o Primeiro-ministro em vez de
anunciar que tem cinco milhões de euros para gastar na cultura, faria melhor se pagasse o que
deve; se tem dinheiro para gastar na cultura pague as infraestruturas que ainda deve à
autarquia e nomeadamente desbloqueando o projecto informático para Biblioteca Municipal que

já se encontra realizado. Posto as circunstâncias, a situação financeira é devida em grande
parte às propostas e resultado dos inquéritos disponibilizados à população e aos expositores
da Feira de Enchidos Queijo e Mel de que resultou uma franca maioria (+ de 75%) das
pessoas
Ainda enunciou os resultados desses inquéritos, conforme relatório feito pelos serviços
em relação à redução dos dias do certame
Após análise da proposta, a Câmara aprovou por unanimidade a redução da duração
da Feira de Enchidos Queijo e Mel para quatro dias, no período compreendido entre 28 a 31 de
Julho. No entanto faz-se a ressalva que o Vereador José Januário Jerónimo não concorda
com a fundamentação do quinto parágrafo do texto da proposta apresentada, em sua opinião
era desnecessário e é contraditório com o resto do texto
PONTO 9 – Proposta do Gabinete de Vereação sobre o assunto: "Protocolo de
Cooperação entre o Município de Vila de Rei e a Associação de Caça e Pesca do Centro
de Portugal – Vila de Rei" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
Gabinete de Vereação
Proposta
Assunto: "Protocolo de cooperação entre o Município de Vila de Rei e a
Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal – Vila de Rei."
Considerando a transferência de gestão da Zona de Caça e Pesca Municipal de Vila de
Rei para a Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal, surge agora a necessidade de
proceder a uma melhor articulação no que respeita ao funcionamento da mencionada gestão
Considerando os constrangimentos financeiros sentidos por esta autarquia resultantes
do acentuado decréscimo do valor das transferências do Governo Central para o Município de

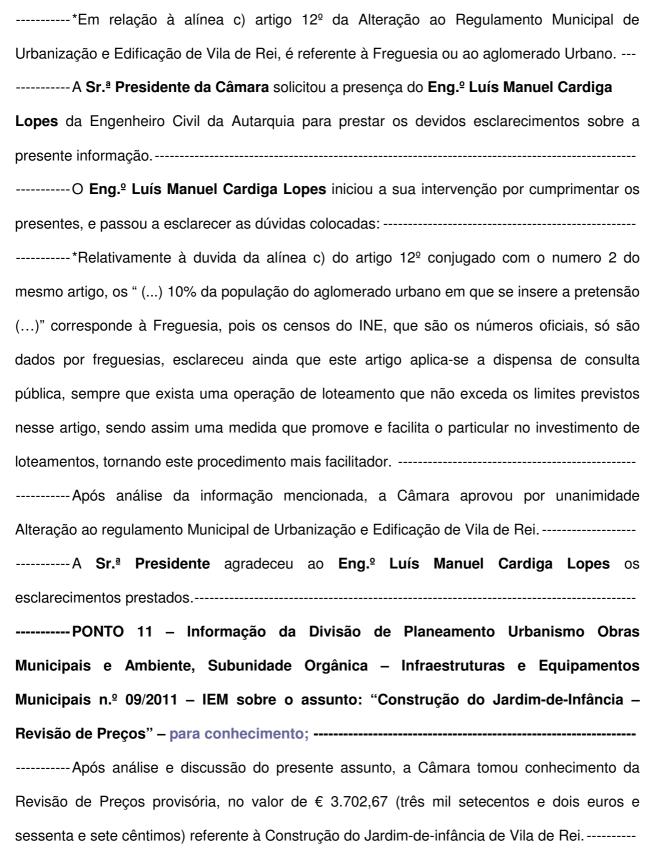


Vila de Rei, bem como o incumprimento deste mesmo governo com os protocolos celebrados
(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
no que respeita a Infraestruturas já realizadas
Considerando ainda o aumento do valor do gasóleo, que se traduz num acréscimo das
despesas desta autarquia com o funcionamento da viatura ao serviço da Zona de Caça e
Pesca
Propõe-se a realização de novo protocolo que consta em anexo."
Solicitou para intervir o Vereador Paulo César Laranjeira Luís para esclarecer sobre
o presente ponto:
*Referiu que o Protocolo em questão já existia, foi feita uma alteração, que está na
proposta, que se resume ao financiamento do projecto relativo à gestão da zona Caça e Pesca
Municipal de Vila de Rei, em que passam a comprometer-se financeiramente através do
financiamento de combustível para a Viatura Camarária
*Acedeu o Vereador Ricardo Jorge Martins Aires referiu que houve uma reunião
entre o Municipio de Vila de Rei a Direcção da Associação Caça e Pesca de Vila de Rei, onde
se chegou à conclusão que não era necessária a quantia monetária de que era dada pela
Autarquia, nesse contexto fez-se o acordo que caso haja necessidade de fazer obras ou afins
na referida associação o Município apoiará nesse sentido
* O Vereador José Januário Jerónimo questiona quem sustenta os custos com o
guarda, a viatura e o gasóleo?guarda, a viatura e o gasóleo?
*O Guarda Trabalha doze meses ou apenas período da caça?
*A viatura é da Câmara?
O Vereador Ricardo Jorge Martins Aires esclarece que quem sustenta todos os
custos do guarda e gasóleo é a Câmara; o guarda trabalha 11 meses tendo um mês de férias;
a viatura é natrimónio da associação, tovo um subsídio da Câmara nara comprar mas a

associação também entrou com dinheiro
Após análise da proposta, a Câmara aprovou por unanimidade o Protocolo de
cooperação entre o Município de Vila de Rei e a Associação de Caça e Pesca do Centro de
Portugal – Vila de Rei. No entanto o <b>Vereador José Januário Jerónimo</b> não concorda com ao
segundo parágrafo proposta apresentada
PONTO 10 – Informação da Divisão de Planeamento Urbanismo Obras
Municipais e Ambiente, Subunidade Orgânica – Planeamento e Gestão Urbanística n.º 01-
PGU/2011 sobre o assunto: "Alteração ao regulamento Municipal de Urbanização e
Edificação de Vila de Rei" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
Informação: 01-PGU/2011
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei
Assunto: Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei



Pretende-se assim estabelecer e regular as materias que o RJOE (com todas as
alterações entretanto operadas) remete para o Regulamento Municipal de Urbanização e
(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
Edificação, designadamente a concretização e a ampliação do conceito de obras de escassa
relevância urbanística, a concretização do conceito de impacte relevante das operações
urbanísticas, a regulamentação das condições e prazos de execução das obras de urbanização
e edificação, particularmente das que ficam sujeitas ao regime de comunicação prévia. É,
ainda, necessário adequar procedimentos uma vez que ao nível do controlo prévio de
aprovação das operações urbanísticas, vigora agora, o regime da licença administrativa
enquanto procedimento geral, estando a comunicação prévia substancialmente ampliada e a
autorização administrativa circunscrita à concessão da utilização dos edifícios ou das suas
fracções. Por outro lado, o RJUE estabelece um conjunto de medidas que visam a
simplificação da actuação administrativa, com o recurso às novas tecnologias de informação,
conduzindo a curto prazo a desmaterialização dos procedimentos
Ante a oportunidade criada, pretende-se ainda regular determinadas matérias,
previstas em legislação específica, cujas competências foram cometidas às autarquias locais,
no âmbito da transferência de competências da Administração Central para a Administração
Local
Face ao Exposto segue em anexo a proposta relativa ao projecto de Regulamento
Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de Rei, propondo-se que o mesmo seja
analisado pelo Executivo Municipal e caso concordem seja aprovado de modo a ser iniciado o
período de discussão pública"
Solicitou intervenção o Vereador José Januário Jerónimo para pedir os seguintes
esclarecimentos:





PONTO 12 – Proposta do Gabinete da Presidencia sobre o assunto. Solicitação
de dados ao INE" – para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da referida proposta
(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
PONTO 13 – Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Alteração à
Tabela de Taxas e Licenças"– para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
O novo Regulamento e tabela de taxas e licenças do município de Vila de Rei,
aprovado no ano 2010 em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, veio procurar
harmonizar o cálculo das taxas e tarifas entre os diversos municípios que integram a CIMPIS
Após a entrada em vigor, com o decorrer do tempo os vários serviços da Câmara
Municipal, depararam-se com algumas dificuldades, em aplicar determinadas normas da tabela
de taxas, designadamente por existirem algumas incongruências com outros regulamentos
municipais
Com a alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila de
Rei, também surgiu a necessidade de alterar o artigo 7º nº 1 da Tabela de Taxas
Entretanto surgiu também a necessidade de criar novas taxas, derivado ao
lançamento de um livro novo
Desta forma, apresenta-se (em anexo) uma proposta de alteração à Tabela de Taxas
e Licenças da Câmara Municipal de Vila de Rei
Propõe-se assim, as seguintes alterações, para após deliberação, as propostas de
alteração seguirem para discussão pública, que consta do seguinte:
Artigo 1º

Prestação de serviços administrativos
25
p) Memórias municipais - Os forais de Vila de Rei - € 15
Artigo 7º
Taxa municipal de urbanização nos loteamentos e edifícios contíguos e
funcionalmente ligados entre si
1. Compensações de encargos de urbanização decorrentes de operações de
loteamento, que não envolvam a execução de urbanização ou a cedência de área para
equipamento, espaços verdes e estacionamentos – o valor em numérico da compensação é
determinado de acordo com a fórmula a seguir indicada:
$C = K \times A (m2) \times V$
2
Em que:
C = valor da compensação devida à Câmara Municipal
K = coeficiente urbanístico variável em função da localização, consoante a zona em
que se insere, que tomará os seguintes valores:
K = 0,10 Vila de Rei e outros
A = metros quadrados da área não cedida
V = valor do preço por m2 de construção, definido pela portaria que fixa periodicamente
os valores unitários por metro quadrado do preço de construção para o efeito do cálculo da
renda condicionada
Artigo 8º
Taxa municipal de urbanização nas edificações não inseridas em loteamentos
1.Compensação de encargos de urbanização decorrentes da execução de
infraestruturas servindo construções situadas fora dos loteamentos aprovados é calculada de



acordo com o estipulado no artigo 67º nº 3 do Regulamento Municipal de Urbanização e
Edificação de Vila de Rei
Artigo 15º
(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
Autorização de utilização ou alteração de uso
1. Para habitação:
c) Emissão de licença – € 30,72
Artigo 19º
Mobiliário e Equipamento Urbano
1. Quiosques, pavilhões e similares – por m2 ou fracção e por mês – € 7,68
3. Esplanadas descobertas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-soís, com ou sem
estrado – por m2 e por mês. – € 1,54
5. Esplanadas fechadas, não integradas nos edifícios – por m2 e por ano – € 30,72
Artigo 21º
10. Tubos condutas, cabo condutores e semelhantes, por metro linear ou fracção e por
ano:
a) Com diâmetro até 20 cm – € 0,50
b) Com diâmetro superior a 20 cm – € 0,75
Artigo 32º
Estacionamento
2. Colocação de placas de estacionamento privativo – por cada ano – € 143,36
Artigo 22º
1. Andaimes – por mês, por metro linear e por piso, na parte não protegida dos
tapumes – € 1,54
Artigo 45º

Concessão de Terrenos
3. Para jazigo, por 3 m2 (por cada m2 a mais metade do valor) - € 1484,80
a) Por cada m2 a mais - € 750
Artigo 66º
Utilização de equipamento municipal
11.
l) Stand de exposição – por m2 e por utilização – € 6,14
p) Autocarro por km – € 1,50
q) Carrinha de 9 lugares por km – € 0,70
Artigo 67º
Tarifas de Fornecimento de Água ao Domicílio
3
a
viii. Às famílias numerosas (com três ou mais filhos dependentes), a comprovar
anualmente, última declaração de IRS entregue, será reduzida a taxa variável em 50 % para
consumos até 30 m3, esta redução não se aplica nos meses de Junho, Julho, Agosto e
Setembro
CAPÍTULO XIV
UTILIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DESTINADOS AO PÚBLICO EM GERAL
Secção III
Artigo 78º
Férias Desportivas
1. Inscrição nas férias desportivas do Municipio – € 50"
Solicitou intervenção o Vereador Paulo César Laranjeira Luís propondo a alteração
de dois pontos na proposta inicial do Regulamento, relativo ao Mercado Municipal na descrição



n2 e n3 do artigo 51-, onde se le barraca deve ler-se barrica e a outra alteração e na
proposta apresentada no numero 1, do artigo 78º Secção III capítulo XIV – Utilização de Bens e
Serviços destinados ao publico onde refere "1.Inscrição nas férias desportivas do Município - €
(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
50" pelo facto de que existe férias desportivas de Verão e férias desportivas da Páscoa em que
o período temporal é diferente, propõe então fazer-se ao invés de € 50, sugere que seja o
seguinte: "€ 8 por semana ou fracção sendo o valor a cobrar pela totalidade do período
compreendido pelas férias desportivas"
Acedeu o <b>Vereador Ricardo Jorge Martins Aires</b> referiu que os €50 serviam para
pagar as refeições às crianças durante as férias desportivas e algumas das actividades não na
totalidade, mas ainda salienta que a Câmara paga esse valor às crianças que estão no escalão
A (100%) e às crianças do escalão B (50%)
Após análise da Tabela de Taxas e Licenças, o Executivo Camarário aprovou por
unanimidade as devidas alterações
PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - nº 5 DO ARTIGO 84º DA LEI Nº
169/99, DE 18 DE SETEMBRO NA REDACÇÃO DADA PELA LEI № 5-A/2002, DE 11 DE
<u>JANEIRO</u>
A Presidente da Câmara cumprimentou o Sr. Rui Catarino, da localidade de Vila de
Rei presente na sala, e questionou qual o motivo que o traz à reunião
O Sr. Rui Catarino iniciou a sua intervenção cumprimentado todos os presentes,
dizendo que vem solicitar informações e alguns pedidos de esclarecimentos:
*Veio alertar que se encontram junto da obra da Requalificação Urbana de Vila de Rei
uns cabos antigos que ainda não foram removidos pela empresa, visto a obra estar terminada;
dando um má imagem para a Vila e por outro lado põe-se em risco algumas pessoas que
possam andar pela rua nomeadamente as crianças, gostaria de deixar esse alerta para a

Camara contactar a Telecom no intuito de remover os cabos
*Solicita que seja tomada alguma medida referente a um caixote destinado a
lâmpadas florescentes. Algumas lâmpadas são altamente tóxicas e não devem ser colocadas
nos caixotes do lixo. Sugere que seja colocado uns caixotes destinados a lâmpadas em frente
à Loja Aníbal Laranjeira e Loja Electromegas
*Pediu informação de uma sugestão dada à algum tempo relativamente a um Jardim
que vai desde a Ponte Romana até à zona da Fonte Velha, tem conhecimento que a Câmara
ainda não comprou os terrenos todos mas em tempos a sua ideia foi bem acolhida com agrado
pela Câmara gostaria de saber qual o ponto da situação
*Sugere que entre o Polidesportivo e o Centro de Acolhimento existe uma zona que foi
aterrada, se existe possibilidade de se plantar aí umas árvores
*Acedeu a Sr.ª Presidente da Câmara para salientar que já está estabelecido um
projecto para a plantação de árvores de fruto
*Solicita informação sobre o tão badalado e afamado projecto da Fénix renascida visto
que nunca mais se fez nada por esse projecto. Também salientou que seria importante a
construção de barragens em sítios estratégicos para potenciar o combate aos incêndios, em
sua opinião pensa que deve ser feito algo em breve visto que a floresta continua a crescer e
não tarde já passou os dez anos dos incêndios e voltaremos a ter o mesmo problema se insistir
adiar a questão
*Saber se a Câmara ou a Junta de Freguesia se já existe algo feito relativamente a
alguma ZIF que possa a vir a ser criada ou não
*Questionou sobre a plantação de eucaliptos em Vila de Rei? E frisou que cada vez
existe mais plantações de eucaliptos clandestino, o que não acha correcto porque
tecnicamente muitas pessoas não o sabem fazer da melhor maneira o que poderá prejudicar os
solos, mas por outro lado em zonas onde existem só pinheiros ou só estevas por exemplo o



eucalipto seria um mal menor. Em Vila de Rei existe a ideia em que não se podem plantar
eucaliptos pelo facto do Municipio não gostar de eucaliptos
*Acedeu a Sr.ª Presidente da Câmara salientando que deveria ser feito qualquer
(Continuação da acta nº04/2011, de 18 de Fevereiro de 2011)
coisa para substituir a "praga" dos pinhos que andam espalhados por todos os terrenos por
eucaliptos, ai sim era de acordo com a plantação de eucaliptos
*Questionou qual a posição da Câmara e dos serviços para a criação de Bolsa das
Propriedades sugestão já dada a algum tempo
*Solicitou intervenção a Sr.ª Presidente da Câmara para responder à questão
referindo que metade da ideia acha boa e aceitável, no sentido de a Câmara criar uma bolsa de
terrenos, para quem quiser doar bocados de terrenos (ladeiras) a Câmara tinha a função de
zelar por esses terrenos, em sua opinião seria uma boa ideia no sentido de ter uma floresta
limpa
Referiu ainda que a Câmara está com um projecto em funcionamento, com os
reclusos de Torres Novas, que tem feito um belíssimo trabalho nas limpezas das florestas no
Concelho. Concorda com a criação de Bolsa a de Propriedades neste sentido, de resto não
concorda porque tem receio que iria chocar com as imobiliárias
*Acedeu o Sr. Rui Catarino referindo que pensa que as imobiliárias tem pouco
interesse nisso
A Sr.ª Presidente da Câmara solicitou ao Vereador Ricardo Jorge Martins Aires
que respondesse a algumas das questões colocadas pelo Sr. Rui Catarino
O Vereador Ricardo Jorge Martins Aires, iniciou a sua intervenção começando por
responder ao assunto relativo à ZIF, referiu que esteve para ser implementada na Fundada não
se avançou visto os proprietários não se entenderem uns com os outros. Salientou que o Eng.
Bernardino fez várias auscultações em associações no concelho. Deu conhecimento também

que as ZIF no concelho de Mação estão a ter problemas por causa do dinheiro que o governo
prometeu e nunca deu nada, são prometidas certas coisas e depois no terreno não é bem
assim
Passou a palavra ao Vereador Paulo César Laranjeira Luís para responder às outras
questões colocadas:
O Vereador Paulo César Laranjeira Luís iniciou a sua intervenção respondendo:
*Relativamente às lâmpadas, em tempos contactou a VALNOR informaram-me que
teria de ser a Câmara a fazer a recolha e a entrega à VALNOR, deram a entender que não
estavam muito interessados. Referiu que não entendeu como é que uma empresa de resíduos
não tem interesse, de qualquer maneira vamos tentar arranjar caixotes para as lâmpadas em
frente às lojas referenciadas
*Assunto dos eucaliptos foi debatido na Assembleia Municipal quando foi apresentado
o Regulamento de Taxas e Licenças, que a única observação foi da bancada do CDS, a qual
motivou alguma descrença porque era muito elevada a taxa, salienta que com este assunto se
fosse impedido fazer plantações de eucaliptos em Vila de Rei não estaria na Tabelas de taxas
e licenças, o valor da taxa que até está diferenciada em números de hectares
A Sr.ª Presidente da Câmara agradeceu a vinda do Sr. Rui Catarino pelas
recomendações trazidas à reunião
<u>ENCERRAMENTO DA REUNIÃO</u>
E não havendo mais nada a tratar - e referindo que todos os documentos
apresentados na presente reunião de Câmara se dão como integralmente transcritos -, foi
dada por finda a reunião pela Presidente da Câmara, eram cerca de 12.00 h, da qual, para
constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que será assinada pela Presidente da
Câmara e por mim, Ana Lúcia Mateus Francisco, Assistente Técnica, que a secretariei e
processei em computador

